

Cresce entre os constituintes o apoio às eleições gerais em 88, diz Chiarelli

BRASÍLIA — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse ontem que é possível identificar "uma tendência crescente entre os Constituintes para a realização de eleições gerais no próximo ano". Segundo o Senador, além de significar uma forma de polimento popular da nova ordem política que vier a ser aprovada pela Constituinte, as eleições gerais representarão uma atitude ética dos parlamentares se vierem a ser apoiadas por eles:

— Fomos eleitos com poderes para mudar o sistema de governo, mas questiono se devemos assumir as novas responsabilidades do parlamentarismo ou entregá-las para o próximo Congresso, que será eleito com poderes para constituir um Governo.

O Senador frisou que essa iniciativa deve partir da própria Constituinte, pois se partisse do Presidente José Sarney "pareceria uma retaliação pela redução do seu mandato".

Em sua opinião, a implantação do sistema parlamentarista recomenda a formação de um Congresso "previamente habilitado para as funções mais poderosas que irá exercer".



Chiarelli: apoio será atitude ética

— E importante que não se tenha um parlamentarismo apressado e frágil, em que a falta de estruturas prévias leve ao risco de que o próprio sistema venha a sucumbir. E, sob o aspecto ético, estariamos agindo corretamente, pois reduziríamos

nossos mandatos assim como reduzimos o do Presidente José Sarney — explicou.

Chiarelli considera questionável, porém, se cabe à Constituinte ou às próprias Assembléias Legislativas convocar eleições para Governadores e Deputados estaduais. Em seu entender, a redução dos mandatos dos ocupantes desses cargos pode ser vista "como consequência ética da aprovação de eleições para Deputados federais e Senadores junto com as presidenciais" — hipótese em que, para acompanhar o modelo nacional, os legislativos estaduais convocariam eleições locais.

O Líder pefelista disse que a realização de eleições parlamentares é viável, pois "sem qualquer lobby, uma emenda neste sentido, votada no último domingo, obteve 38 votos na Comissão de Sistematização". Com uma mobilização adequada, acredita ele, a tese poderá conseguir maioria no plenário da Constituinte. Em caso de rejeição, a melhor alternativa, em seu entender, é adiar o parlamentarismo para que só entre em vigor após as eleições parlamentares marcadas para 1990.

Aureliano crê que o plenário terá bom senso

CURITIBA — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que o parlamentarismo, se for adotado sem ampla consulta popular e sem eleições gerais, é biônico e não vai durar muito.

— Por isso acredito que o bom senso vai prevalecer no plenário da Constituinte e a discriminação decidida pela Comissão de Sistematização não prevalecerá — afirmou.

Sem reconhecer sua condição de candidato à sucessão presidencial, não quis comentar a possibilidade de o Senador Mário Covas ser lançado por um novo partido, que incluiria dissidentes do PFL, como publicou ontem o jornal "Folha de S. Paulo".

— Não há caracterização de dissidência no meu partido e considero prematuro qualquer debate em torno da sucessão, porque não sabemos se a eleição será efetivamente realizada no próximo ano.

Para Governadores, eleição legitimará mandatos

CURITIBA — Os três Governadores do Sul — Pedro Simon (RS), Pedro Ivo (SC) e Alvaro Dias (PR) — defenderam, ontem, a convocação de eleições gerais e criticaram a decisão da Sistematização de adotar o parlamentarismo a partir de março do ano que vem. Reunidos em Curitiba para uma assembleia do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul), ressaltaram a importância das eleições "para que os parlamentares tenham legitimidade e possam exercer seus mandatos dentro do novo sistema de governo".

Os temas políticos dominaram os discursos, apesar de o encontro, com a presença do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ter como objetivo o debate de questões energéticas. Alvaro Dias manifestou-se preocupado com a possibilidade de transformação da Constituinte, a partir de agora, "numa passarela on-

de o candidatos a Primeiro-Ministro e a Presidente da República vão procurar ocupar todos os espaços", dificultando a promulgação da nova Carta até março.

Pedro Ivo Campos traçou um quadro sombrio:

— A incerteza em relação às regras do jogo está levando o País à estagnação, onde ninguém investe e a recessão gera desemprego, inconformismo e expectativa de caos.

Somando-se a Alvaro Dias, o Governador de Santa Catarina criticou o "fisiologismo dos políticos brasileiros, que defendem mais interesses de grupos do que o interesse da Nação". Mas, previu, o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para Sarney — a quem hipotecou solidariedade irrestrita — serão derrubados no plenário da Constituinte.

Já o Governador do Rio Grande do

Sul, Pedro Simon, considerou que o parlamentarismo pode ser o regime ideal, depois de terminado o mandato do Presidente Sarney. Para ele, o lançamento das candidaturas à Presidência podem atropelar o parlamentarismo no plenário, cuja composição, neste momento, é imprevisível.

Em Aracaju, o Governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, classificou como inteligente e oportuna, a decisão da Comissão de Sistematização de estabelecer a adoção do sistema parlamentarista nos Estados somente a partir das eleições que indicarão os sucessores dos atuais governadores.

— O parlamentarismo deve vir, mas de forma ordenada, evitando com isto as confusões que fatalmente ocorreriam se fosse introduzido agora, quando estamos ainda no primeiro ano de governo.

Cardoso conta com o PT para manter sistema

BELO HORIZONTE — Os Governadores que defendiam cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney vão, agora, concentrar seu poder de fogo para que os constituintes mantenham o presidencialismo. A informação é do Governador de Minas, Newton Cardoso. O Governador acha que as chances de derrubar o parlamentarismo no plenário são grandes, porque até o PT está engajado nessa luta:

— O PT está liderando o "frentão" pelo presidencialismo — disse.

As preocupações de Cardoso quanto às decisões finais da Constituinte são muito mais de caráter econômico do que político.

— Concordo que não há clima para eleições no ano que vem — observou. — Mas me preocupa mais a ordem econômica. A permanecer como está, alguém pode querer fraudar as decisões da Constituinte.

De qualquer forma, o Governador afirma que é preciso aguardar a definição do plenário, "expressão máxima da Constituinte". Caso vença a corrente que defende a eleição presidencial em 1988, "o candidato do PMDB deve nascer da convenção do partido e não de opiniões de companheiros nossos", disse.

Ao contrário de Cardoso, a Vice-Governadora Júnia Marise acredita que o plenário da Constituinte reterá o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para Sarney, por um motivo simples:

— A decisão da Comissão reflete o anseio nacional.

Júnia, entretanto, não vê na decisão dos constituintes uma atitude de repúdio a Sarney.

— O Presidente tem contribuído de forma preponderante para a transição democrática, para a execução de programas sociais. Mas o povo está desejando escolher pelas urnas, democraticamente, o seu futuro Presidente — argumentou.

Júnia não acha, também, que a implantação do parlamentarismo seja um aval para um novo golpe militar. Para ela, não há hipótese possível de "contramão na transição".

Delfim apóia editorial sobre eleição em 88

Em telex ao Diretor-Editor-Chefe do GLOBO, nosso companheiro Roberto Marinho, o ex-Ministro Delfim Neto, Deputado federal do PDS de São Paulo, afirma que "as eleições em 1988 — seja em regime parlamentarista, seja com o atual sistema presidencialista — devem necessariamente garantir ao povo o direito de eleger Presidente e um novo Congresso, única forma de dar ao Governo o suporte indispensável". Delfim Neto cumprimenta Roberto Marinho "pela precisão e lucidez" do editorial "Imperativo: eleições para Câmara e Senado", do GLOBO de anteontem. E acrescenta: "Os atuais constituintes devem terminar o seu trabalho e ir para casa ou submeter-se a um novo referendo popular".

ANC 88
Pasta 16 a 20
Novembro/87
096